



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)

MODOS DE PENSAR O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL
UMA LEITURA DAS CONTRIBUIÇÕES DE PREBISCH E FURTADO

RAMON FERREIRA FAGUNDES GOUVEA

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)

MODOS DE PENSAR O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL
UMA LEITURA DAS CONTRIBUIÇÕES DE PREBISCH E FURTADO

RAMON FERREIRA FAGUNDES GOUVEA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Luiz Medeiros da Silva

Foz do Iguaçu
2020

RAMON FERREIRA FAGUNDES GOUVEA

MODOS DE PENSAR O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL
UMA LEITURA DAS CONTRIBUIÇÕES DE PREBISCH E FURTADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Luiz Medeiros da Silva
UNILA

Profa. Dra. Claudia Lucia Bisaggio Soares
UNILA

Profa. Dra. Fernanda Faria Silva
UFOP

Foz do Iguaçu, 28 de abril de 2020

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

G719

Gouvea, Ramon Ferreira Fagundes.

Modos de pensar o desenvolvimento no Brasil: uma leitura das contribuições de Prebisch e Furtado / Ramon Ferreira Fagundes Gouvea. - Foz do Iguaçu - PR, 2020.
65 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento. Foz do Iguaçu - PR, 2020.

Orientador: Rodrigo Luiz Medeiros da Silva.

1. Economias primário-exportadoras. 2. Estruturalismo Latino-americano. 3. Desenvolvimento econômico - Brasil. I. Silva, Rodrigo Luiz Medeiros da. II. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. III. Título.

CDU 330.34(81)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pela confiança, por suportar a distância e me incentivar.

Agradeço ao meu orientador professor Rodrigo Luiz Medeiros da Silva pela disponibilidade, confiança e amizade. Muito obrigado pelos incentivos, pela oportunidade de convivência e aprendizado.

Agradeço à professora Fernanda Faria Silva, pela sua disponibilidade e atenção. Agradeço à professora Claudia Lucia Bisaggio Soares, pela disponibilidade e confiança. Ao professor Gilson Batista de Oliveira pelas aulas, paciência e por proporcionar condições para minha permanência no mestrado. Agradeço aos professores do curso de mestrado em políticas públicas e desenvolvimento da UNILA, em especial às professoras Lucimara Flavio dos Reis, Renata Peixoto de Oliveira, Patrícia Zandonade e ao professor Flavio Alfredo Gaitán. Agradeço aos bibliotecários da UNILA, em especial ao Sr. Valcir e Sr. Valdir.

Agradeço à Fundação Araucária, pela bolsa que me permitiu cursar as aulas.

Agradeço aos colegas de mestrado, pela oportunidade de conhecer e compartilhar experiências de aprendizado.

“Colocar uma pergunta, o que é Brasil, o que é ser brasileiro. Em que é que o Brasil tem modelos que são paradigmas nossos (...). É depois da Primeira Guerra Mundial que você descobre o gênio do Aleijadinho, (...), descobre a importância da escultura barroca mineira (...). Você encontra um pintor como Di Cavalcanti (...), Portinari (...), uma Tarsila (...). Depois, vem o Sérgio Buarque, vem o Faoro (...), o Gilberto Freyre (...). Você tem uma (sic) redescoberta do Brasil; por quê? Porque o paradigma europeu deixou de nos ofuscar. Eu tô pegando a cultura pra te dizer o seguinte: economia sozinha não vai pra lugar nenhum”.
(Carlos Lessa).

RESUMO

Este documento destaca questões relevantes para o tema do desenvolvimento econômico na América Latina, especialmente no Brasil. A partir da identificação das principais características de uma economia essencialmente exportadora de bens primários, buscamos destacar os problemas e desafios que influem as economias nessas condições. Com esse objetivo, Raúl Prebisch e Celso Furtado, principais expoentes do estruturalismo latino-americano clássico, são utilizados como pedra angular teórica, a fim de destacar os limites e possibilidades do processo de desenvolvimento nas economias orientadas à produção e exportação de bens primários. Portanto, à medida que são abordadas diferentes formas de pensar o desenvolvimento econômico em um país como o Brasil, se discute formas e alternativas, no contexto de nosso objetivo de entender o processo de desenvolvimento em sua natureza histórico-estrutural.

Palavras-chave: Economias primário-exportadoras. Estruturalismo latino-americano. Desenvolvimento econômico. Brasil.

ABSTRACT

This document highlights issues concerning the topic of economic development in Latin America, especially in Brazil. By the identification of main characteristics of an essentially commodity-exporting economy, we intend to highlight the problems and challenges that defy economies in such condition. With this purpose, Raúl Prebisch and Celso Furtado, leading exponents of classical Latin American structuralism, are used as a theoretical cornerstone, in order to highlight the limits and possibilities of the development process in economies guided by the production and exportation of primary goods. Therefore, as different ways of thinking about economic development in a country like Brazil are addressed, ways and alternatives are discussed, in the context of our aim to understand the development process in its historical-structural nature.

Key words: Commodity-exporting economy. Latin american structuralism. Economic development. Brazil.

SUMÁRIO

1. Introdução	9
Capítulo 2. Aspectos de economias primário-exportadoras	13
2.1. Economia mineira: uma introdução	13
2.2. Dívida ou maldição: a importância da estrutura produtiva	17
2.3. A hipótese de especialização regressiva	20
Capítulo 3. Estruturalismo latino-americano	24
3.1. Raúl Prebisch	24
3.2. Celso Furtado	38
Capítulo 4. Aspectos do debate do desenvolvimento	48
Conclusão	57
Referências	61

1. INTRODUÇÃO

Trataremos aqui de questões relacionadas ao debate sobre o desenvolvimento econômico no Brasil. Assim, o tema desse trabalho diz respeito às preocupações mais visitadas no âmbito do programa de pós-graduação em políticas públicas e desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-americana. Mais especificamente, ele se insere na linha de pesquisa relacionada a estratégias de desenvolvimento, empreendendo uma pesquisa bibliográfica a respeito da evolução histórica das economias da região latino-americana, com ênfase na economia brasileira.

A partir da identificação de questões relevantes com relação ao funcionamento de economias de caráter essencialmente primário exportador, buscaremos destacar os problemas e desafios que a literatura do desenvolvimento econômico associa aos países nessa condição. Para tal, acreditamos que a compreensão dos dilemas e especificidades dinâmicas que caracterizam a economia brasileira – caso paradigmático de diferenciação urbano industrial a partir de uma base originalmente primário-exportadora - permite que iluminemos questões estruturais, de modo a construir um referencial de longo prazo com relação aos desafios diante do conjunto de economias originalmente primário-exportadoras.

Nesse esforço, visitaremos os pontos basilares abordados pela bibliografia clássica sobre o desenvolvimento econômico e sobre a ordem econômica internacional, ao passo que ressaltaremos as modalidades distintas do desenvolvimento entre os diferentes países, de modo a caracterizar a trajetória histórica-estrutural dos países latino-americanos. Acreditamos que o arcabouço estruturalista permita destacar, como atributo central para o conjunto das economias, suas posições seja centrais ou periféricas no sistema econômico

internacional, conforme Prebisch. Desta forma, tangenciaremos questões de ordem histórico-estrutural de economias originalmente primário-exportadoras, mas submetidas às readequações que o processo de desenvolvimento no século XX engendra, fundamentalmente a partir da industrialização destes países.

Como acima registrado, focalizaremos a experiência da economia brasileira, seus obstáculos, desafios e a importância de uma série de fatores para a consecução do desenvolvimento. Para isso, os apontamentos de Celso Furtado permitem que desenhemos um panorama das questões pertinentes ao funcionamento da economia brasileira, mais ainda, da especificidade do desenvolvimento de modalidade periférica, como por exemplo, aquilo que concerne à dependência estrutural. Esse referencial teórico estruturalista latino americano será então destacado a partir dos expoentes do estruturalismo latino-americano, Raul Prebisch e Celso Furtado, entendendo que no pensamento destes autores encontramos aspectos pertinentes à compreensão do processo hodierno de desenvolvimento dos países de condição periférica no concerto internacional.

Nesse caso, abordando economias originalmente primário-exportadoras, destacaremos que uma eventual superação da condição primário exportadora é limitada por uma série de fatores, tais como a ordem socioeconômica interna, os limites da atuação estatal, a disponibilidade de recursos naturais, e, ainda, as possibilidades abertas pelo comércio internacional. Esse conjunto de fatores é de suma importância para a caracterização dos dilemas e possibilidades da economia brasileira. Acreditamos que essa base teórica permita alicerçar a caracterização de alternativas para a consecução do desenvolvimento em países periféricos.

Sendo essa a ideia geral que acompanha o texto, utilizando argumentos guiados pelo estruturalismo latino-americano, destacaremos eventuais

possibilidades de agenda, balizadas pelas forças da economia internacional e os característicos desafios de economias periféricas. Dessa forma, o texto destaca pontos pertinentes para a questão do desenvolvimento econômico, adotando um enfoque que aproxima os princípios do estruturalismo latino-americano a questões pertinentes para a discussão do período recente, como por exemplo, a relevância da economia chinesa para o debate contemporâneo.

Para isso, os pontos destacados estão distribuídos em três capítulos. O capítulo 1 consiste em um comentário redigido a propósito de um relatório que diz respeito a uma economia essencialmente primária exportadora: o Estado de Minas Gerais, importante região de produção de bens primários no Brasil. Além de destacar questões específicas ao caso estudado, o relatório aludido aborda questões características concernindo a teoria do desenvolvimento, questões estas que, conforme argumentaremos, podem ser extrapoladas para compreensão da economia brasileira ao longo do fim do século XX.

O segundo capítulo compreende uma revisão bibliográfica da literatura sobre desenvolvimento econômico, mais especificamente, destaca fundamentos teóricos do enfoque histórico-estrutural. Com esse fim, visita questões históricas relevantes à compreensão do desenvolvimento em economias primário exportadoras da América Latina, com base no pensamento de Raúl Prebisch e Celso Furtado. Acreditamos que esse enfoque permite compreender os balizadores fundamentais da evolução da economia brasileira no quadro da economia internacional.

O terceiro capítulo é uma breve introdução ao pensamento de autores do chamado novo-desenvolvimentismo, revisitando tópicos relevantes sobre o desenvolvimento econômico no Brasil em período recente. O capítulo final traz um conjunto de comentários conclusivos, tangenciando um esforço de elucidação das

questões formuladas ao longo de todo o trabalho, apontando um conjunto de desafios de forma de compreender o desenvolvimento em um país como o Brasil.

CAPÍTULO 2. ASPECTOS DE ECONOMIAS PRIMÁRIO-EXPORTADORAS

2.1. Economia mineira: uma introdução

Em 2013, foi publicado um relatório da Fundação João Pinheiro sobre a economia de Minas Gerais. Esse documento sugere uma tese relevante para pensar o desenvolvimento econômico, bem como os desafios contemporâneos da economia mineira:

As dificuldades estruturais do setor industrial mineiro de gerar o dinamismo necessário para sustentar o crescimento econômico regional tiveram sua origem na interrupção do processo de diversificação das cadeias produtivas locais em meados da década de 1990 (FJP, 2013).

O trecho acima nos remete à análise da evolução da estrutura produtiva do estado mineiro a partir da década de 1990. Desmembrada a composição inter-setorial da indústria - i) extrativo mineral; ii) transformação; iii) construção; e iv) serviços e utilidade pública -, a economia de Minas Gerais apresenta entre os anos de 2006 a 2012 um substancial aumento de participação da indústria extrativa mineral, contrabalançado a uma queda de participação da indústria de transformação. Com efeito, enquanto em 2006 a indústria extrativa mineral respondia por aproximadamente 10% de participação no total industrial do Estado de Minas Gerais, essa mesma apresenta 20% em 2012. A indústria de transformação, por sua vez, respondia por 58% da produção total em 2006, passa a 46% em 2012.

Em seguida, o relatório sugere que a economia mineira teria vivenciado um fenômeno de “especialização regressiva” (FJP, 2013), ou seja, teria havido uma continuada redução do peso de setores de médio conteúdo tecnológico na formação do Produto Interno Bruto, com concomitante especialização do tecido produtivo em setores de mais baixo conteúdo tecnológico, particularmente a produção de *commodities* e a exploração de recursos naturais. À luz dessa percepção, surgem

questões para pensar o desenvolvimento econômico não somente do estado mineiro, mas também do Brasil, quais sejam: i) a natureza das transformações no tecido econômico vivenciadas na década de 1990; ii) o reequilíbrio inter-setorial da economia, e iii) a tese da “especialização regressiva” de uma economia que vinha de uma longa macha de diferenciação. Todas estas são questões basilares para pensar o desenvolvimento econômico de longo prazo da economia brasileira.

Em relatório da mesma Fundação João Pinheiro (2012), tratando dos efeitos da chamada crise do *subprime* para economias mineradoras, é sugerido como determinante para explicação dos efeitos que impactam o setor questões circunstanciais do período, como por exemplo, o arrefecimento do crescimento da economia da China, a elevação da estocagem de minérios, uma demanda mundial por matérias primas que teria se sido fraca diante do arrefecimento do crescimento de um número significativo de economias entre os anos 2011 e 2012. Um somatório de choques externos, portanto, teria impactado as regiões especializadas na atividade mineradora durante o princípio do século XXI.

Ao estudar a transmissão dessa crise aos estados do Brasil, Crocco, M.; Silva, F. F.; Tupy, I. S. (2018) pontuam o estado de Minas Gerais entre os entes federativos do país mais impactados pela conjuntura internacional negativa, destacando a forma a qual os choques externos afetam a estrutura produtiva da região. De forma geral, os limites e possibilidades a estrutura produtiva da região compreenderiam o fio condutor da análise proposta. Em se tratando do funcionamento de uma economia de produção primária, há um dado fundamental: a alta variabilidade do preço do bem primário.¹ Nesse caso, os dados de produção e

¹ Tem-se aqui, obviamente, apenas um exemplo a respeito da economia primária. Uma vez a questão não se encerra na estrutura produtiva de Minas Gerais, tampouco ao funcionamento de uma determinada localidade. O que se quer chamar atenção com os dados é para uma das questões mais características envolvendo a produção

exportação de minério de ferro do Brasil nos últimos anos, apresentados em seguida com base em relatórios do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM iluminam essa questão.

Tabela 1 - Evolução da produção, consumo e preço de venda do minério de ferro no Brasil em anos selecionados (2007-11-14).

Ano	produção*	consumo aparente*	consumo em território brasileiro (%)	preço médio na mina (R\$/ton.)	Preço médio de export. (US\$/ton.)
2007	354.67	135.27	38,1%	62.65	32.43
2011	398.13	123.33	31,0%	299.76	115.91
2014	411.18	116.72	28,4%	109.43	67.86

* em milhões de toneladas

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de DNPM (2008-15).

Sem muita dificuldade, é possível observar as variações do preço de venda do produto no mercado internacional. Pela tabela, é possível identificar uma alta volatilidade no preço internacional do minério de ferro ao longo do período, oscilando entre US\$ 32,43 em 2007 e US\$ 115,91 em 2011. O “consumo aparente” do minério em território brasileiro equivale a não mais que 30% do total extraído ao ano, isto é, parcela preponderante do consumo ocorre em terras estrangeiras. Ou seja, aproximadamente 70% do minério de ferro extraído no Brasil nos anos 2007, 2011 e 2014 é destinado ao exterior. Desse modo, também o preço médio pago na mina oscila na direção e com a intensidade dos preços internacionais: R\$ 62 no ano de 2007 a R\$ 300 em 2011, a R\$100 no ano de 2014. Além disso, por ter a demanda

primária, que conforme veremos adiante, se expressa na alta volatilidade dos preços desses bens, as chamadas *commodities*, no mercado internacional.

internacional uma baixa elasticidade-preço, as variações no preço não são compensadas por mudança no *quantum* exportado.

Cabe refletir sobre a relação entre os custos de produção e do preço de venda interno do minério. Há muito pouco lastro das relações econômicas adjacentes na formação do preço do produto final. Por isso, é possível que a indústria não quebre com uma redução de aproximadamente 60% do preço ao longo do período de três anos. Sobre esse ponto, a ideia mais fundamental é que não se agrega muito valor à produção do bem final ofertado – estamos tratando de *commodities*, ou seja, bens primários com poucas etapas de transformação no processo produtivo. Extrai-se a benesse, não se agrega valor e a exporta: assim, a *dinâmica econômica* repousa sobre poucas atividades e, invariavelmente, o valor intrínseco é reduzido em comparação com o produto das infinitas transformações que essa matéria-prima virá a sofrer quando atingir outros setores produtivos.²

Se retivermos que toda a economia de uma região repousa sobre uma indústria onde os preços são formados como explicado acima, a estabilidade passa a ser uma grande preocupação. É no bojo da instabilidade do setor exportador de minérios que há quem defenda, por exemplo, a criação de fundos para a administração dos recursos das rendas mineiras, seja para “conter a euforia” em momentos de bonança ou ainda para administrar os recursos de forma a sustentar as atividades econômicas necessárias para a sociedade em períodos em que o preço do bem se situa em patamares baixos.³

² Para esse ponto, obviamente que se trata de uma simplificação. Assim, se a redução dos problemas a variabilidade do preço não permite uma compreensão acurada das questões que impactam na economia, permite a compreensão de uma característica específica em economias primário-exportadoras relacionada com a elasticidade / volatilidade do preço do minério a influir para o desenvolvimento. Um aprofundamento a esse respeito pode ser visto de forma ampla para a economia de Minas Gerais em Singer, P. (1977).

³ Para um incipiente destaque a respeito dos fundos econômicos, da Gama (2016) menciona os fundos econômicos implantados recentemente na economia chilena, que como se sabe, compreende uma economia com relevante e histórica base de produção primária.

Em consequência da situação anteriormente descrita, a volatilidade dos preços das *commodities* minerais afeta de forma fundamental a dinâmica econômica da região mineradora. A fim de compreender o porquê da profundidade da crise em municípios em que é predominante a atividade mineradora – característica que diz respeito a várias regiões mineiras pelo mundo e não uma particularidade da economia de Minas Gerais –, alguns dados de municípios de Minas Gerais nos ajudam a perceber o quanto a atividade econômica como um todo repousa sobre a atividade mineradora. Por exemplo, é um dado expressivo a participação do setor minerador no emprego total dos municípios de Minas Gerais. Podemos apontar Congonhas, onde nada menos que 36% do emprego está nesse setor. Em Catas Altas, esse indicador é de 28%, 25% em Santa Bárbara, 18% em Ouro Preto e Mariana.⁴ Esse conjunto de dados nos permite compreender facilmente porque a crise internacional de 2008, ao deprimir o preço das *commodities* minerais, acarretaria efeitos depressivos agudos para Minas Gerais. As características dessa estrutura produtiva mineira, argumentaremos, são interessantes não apenas para compreensão dos desafios de economias exportadoras de minérios, senão dos desafios análogos que constroem o desenvolvimento em todas as economias onde é grande o peso da produção primária.

2.2. Dádiva ou maldição: a importância da estrutura produtiva

Para compreender a questão da dádiva ou maldição em regiões de produção preponderantemente primárias, a análise de Enriquez (2007) fornece uma

⁴ Os dados foram obtidos em RAIS / CAGED (2020). Cumpre destacar que o portal da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED estabelece para os dados com relação aos empregos divisão entre as atividades que compreende, i) Extrativa mineral, ii) Indústria de Transformação, Serviços e Utilidade Pública, iii) Construção Civil, iv) Comércio, v) Serviços, vi) Administração Pública, e vii) Agropecuária. Para um aprofundamento a respeito de fundamentos de dinâmica econômica, Kalecki, M. (1977).

importante contribuição. Ainda que o documento verse tão somente sobre as economias de “base mineira”, a partir dele se pode refletir sobre questões estruturais da atividade produtiva de bens primários, em geral, permitindo reflexões mais amplas a respeito do desenvolvimento. Assim, os pontos destacados pela autora abarcam questões além do dilema concernindo à condição seja de dádiva ou de maldição da abundância relativa de recursos minerais. Essa análise que requer um aprofundamento a respeito das especificidades dinâmicas da economia mineira, bem como da relação entre esta e a sociedade, ilumina como se configura o desafio do desenvolvimento nessas regiões. O aproveitamento das dádivas, ou seja, dos recursos naturais relativamente abundantes, requer que a vida econômica seja coordenada “pela ação pública, por intermédio da regulação da atividade e do uso sustentado das rendas mineiras” (Enriquez, 2007, p. 379). Dessa ótica, o desafio do desenvolvimento dos municípios de condição essencialmente primário-exportadora dependeria fortemente da postura da administração pública, da sua capacidade de exercer a regulação da atividade econômica, ainda que o grau de liberdade dos municípios se encontre frequentemente cerceado.

Além disso, a autora destaca que em municípios de intensa atividade mineral se faz necessário evitar um fenômeno pernicioso relacionado com a gestão pública, ao qual ela alude como armadilha do “caixa único”. Nesse caso, os pagamentos de *royalties* decorrentes da atividade mineira são somados às demais receitas do município, em um caixa único, ensejando uma miríade de gastos públicos, inclusive gastos permanentes. O futuro exaurimento dessa fonte excepcional de recursos, ou mesmo a desvalorização de seu valor, pode acarretar um brusco desequilíbrio fiscal, desorganizando a máquina pública. A esse padrão temerário de utilização dos recursos advindos da atividade mineradora, a autora contrapõe o que seria um “uso sustentado”.

Como cotejar essas questões, ou seja, que atributos específicos estão associados à condição sugerida de economia primária? Quais as características básicas a respeito do funcionamento econômico de uma economia primário-exportadora (que de modo geral) a caracterizaria? Sobre esse tema, vale visitar a obra de Albert Hirschman, economista alemão que viveu entre 1915 e 2012, desenvolveu impactante produção intelectual no campo dos estudos do desenvolvimento, chegando a servir, entre 1952 e 1954, como conselheiro financeiro da Junta de Planificação Nacional do Governo da Colômbia, e, de 1954 a 1956, como assessor econômico privado do Governo em Bogotá. Hirschman (1961; 1981) entendia que era importante fomentar indústrias que nutrissem grande quantidade de vínculos com outras empresas, com vistas a maximizar os efeitos positivos do estímulo recebido sobre o conjunto do tecido econômico. Sua obra enfatiza então os chamados “encadeamentos produtivos” ou “enlaces de produção”, que sob o estímulo de determinadas circunstâncias econômicas seriam responsáveis por alavancar o crescimento da produção de mercadorias, a expansão de seu consumo e da base fiscal sobre a qual repousa o Estado.

Sem lugar à dúvida, este referencial permite abordar os desafios colocados diante de economias que apresentam relevante base primária. Em tese, uma economia essencialmente primário-exportadora possuiria poucos encadeamentos produtivos. A questão da promoção do desenvolvimento em Hirschman (1961, 1981), mais especificamente em Hirschman (1981), ilumina as possibilidades de determinada economia com base na estrutura produtiva prevalente. Para o autor, o padrão de funcionamento dinâmico de uma estrutura produtiva influi no funcionamento do conjunto da economia.

Com isso, se pensarmos especificamente o desenvolvimento econômico em economias primárias de base mineral, a noção de dilema entre dádiva ou maldição do desenvolvimento é colocada. Nesse caso, a existência de abundantes recursos naturais constituiria verdadeiro óbice ao crescimento econômico, pois o menor número de encadeamentos produtivos determinaria que um dado estímulo exógeno à atividade mineral-exportadora teria pouco impacto sobre o resto do tecido econômico, em firme contraste com um estímulo análogo que excitasse a atividade em um setor manufatureiro, por exemplo.

Aprofundando essa discussão, Badeeb *et al* (2016) aborda a evolução da tese da maldição dos recursos naturais, permeando assim pontos característicos para a análise do desenvolvimento. Segundo o autor, uma série de questões com relação ao crescimento econômico de regiões marcadas pela exploração de recursos naturais seria relevante para análise, como por exemplo: i) se a região é marcada pela exploração de abundantes de recursos naturais, mas nela coabitam outras atividades econômicas, ou se é marcadamente dependente recursos naturais, sendo rarefeitas as demais atividades; ii) qual a influência que a exploração de recursos naturais exerce em outros setores da economia; e ainda, iii) a existência e a qualidade das instituições que pautam o funcionamento das atividades econômicas. Mediante esses questionamentos, agrega-se uma série de aspectos relevantes à análise do desenvolvimento.⁵

2.3 A hipótese de especialização regressiva

Essa seção discute a hipótese de “especialização regressiva”. Nesse esforço, visitaremos a contribuição de autores que discutem o fenômeno de especialização

⁵ Para uma análise institucional especificamente a respeito da mineração, Bastos (2018).

produtiva na economia brasileira. Assim, antes de abordar questões específicas da economia de Minas Gerais, compreendemos que o fenômeno em questão diz respeito à especialização produtiva de caráter regressivo do conjunto da economia brasileira – para o período compreendido no fim do século XX, de forma ainda mais característica, para o período mais recente –.

A partir de um balanço da produção industrial no Brasil, Coutinho (1997) verifica que a política econômica decorrente do programa de estabilização teria legado à economia brasileira um “forte viés antiprodução no país (e pró-importação)” (Coutinho, L., p. 95, 1997). Desta forma, do ponto de vista industrial, o autor sugere que o período pós-estabilização pode ser caracterizado como uma etapa de “especialização regressiva” na economia do Brasil. A respeito do quadro básico, Coutinho (1997) sugere,

Esta opção de sustentação da estabilização com base em juros muito elevados e na manutenção da taxa de câmbio significativamente defasada vem tendo (...), um preço elevado e não facilmente reversível – i. e, o do aumento estrutural e continuado do patamar de importações com simultâneo enfraquecimento do dinamismo das exportações industriais e significativa deterioração da posição comercial brasileira (Coutinho, L. 1997).

Nesse contexto, o setor manufatureiro teria passado a importar parte crescente da produção, determinando prejuízos à posição comercial do país. Paralelamente, a economia estaria se especializando na produção de “produtos de baixo dinamismo no comércio internacional” (Coutinho, 1997), incapazes de proporcionar aumento continuado nas exportações. De forma geral, Coutinho destaca que, em se tratando da estrutura produtiva do país, “o novo ciclo de investimento não vem alavancando a capacidade futura de exportação de forma significativa, pois se concentra na velha especialização competitiva em *commodities* de baixo valor agregado” (Coutinho, 1997, p. 102-103).

Ao se debruçar sobre a mesma temática, Sarquis (2011) descreve um modelo “import-led-growth”, com limitações de capital. Segundo o autor, a economia brasileira apresentaria características de um padrão “‘constrained (capital) import-led growth’, ou seja, de um padrão de crescimento induzido pela importação de capital, mas ainda sujeito à restrição externa” (Sarquis, 2011, pp. 130-131). Desta forma, o panorama da economia brasileira no século XXI, segundo o autor, seria de uma persistente concentração da produção econômica voltada para o mercado interno e uma baixa dependência desta em relação ao mercado externo. De forma geral, a produção tenderia a recorrer às importações para complementar o progresso tecnológico, diversificar a indústria e complementar a acumulação de capital (Sarquis, 2011. p. 98). Nesse caso, a economia brasileira encontraria nas importações um determinante-chave para conformar o padrão de crescimento, ocasionando restrições de financiamento e uma baixa dependência da produção interna com relação ao mercado externo.

Assim, a economia brasileira teria falhado em promover uma verdadeira especialização produtiva, permitindo que país se beneficiasse do comércio internacional. Mas, para além das opções circunstanciais, haveria fatores estruturais e históricos capazes de moldar as escolhas dos atores envolvidos, permitindo explicar esta regressão? Para essas questões, ainda que de forma modesta, o capítulo seguinte busca essas respostas no referencial estruturalista latino-americano dos textos de Raúl Prebisch e Celso Furtado. De forma geral procura compreender a economia à luz de uma perspectiva abrangente do sistema internacional. Para tal, aborda como aspecto fulcral a inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, época após época, estudando em paralelo as transformações ocorridas no padrão de organização das atividades

econômicas internas, de modo a caracterizar um padrão de desenvolvimento de longo prazo para a economia em análise.

CAPÍTULO 3. ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO

A análise do desenvolvimento econômico em uma abordagem estruturalista enfatiza a compreensão da trajetória de longo prazo de uma economia. Desta forma, a análise do arcabouço estrutural, bem como de sua evolução ao longo do tempo, permitem identificar questões que influem na formação e desenvolvimento de uma economia. Em busca desse olhar, esse capítulo aborda alguns trabalhos do economista argentino Raúl Prebisch e do brasileiro Celso Furtado, entendendo estes pensadores como expoentes do pensamento econômico relacionado com a Comissão Econômica para América Latina – CEPAL, órgão criado no pós Guerra como parte da Organização das Nações Unidas para os países da região.

3.1. RAÚL PREBISCH

3.1.1 O argumento central de Prebisch

O economista argentino Raúl Prebisch (1949) avança em questões concernentes às relações entre desenvolvimento econômico e a inserção dos países latino-americanos no mercado internacional, tecendo uma análise sistêmica das relações entre “progresso técnico”, “comércio” e divisão dos “ganhos” no sistema econômico internacional, com foco nas economias latino-americanas. De acordo com os argumentos do autor, o sistema econômico internacional comportaria relações assimétricas em que as economias da América Latina se veem na condição de “periferia” do sistema capitalista internacional. Nesse caminho, encontra-se em Prebisch (1949) uma série de questões concernindo à inter-relação entre os países no concerto internacional, compreendida na relação “centro / periferia”. Nessa caracterização, o ponto de partida é o momento em que a Grã-Bretanha se postula como a principal força da economia internacional, no bojo de sua industrialização.

Então, a demanda de produtos primários do novo centro cíclico do capitalismo mundial desponta como força transformadora das economias da chamada “periferia”.

Ainda que trate dos principais problemas das economias “periféricas”, com ênfase nas economias da América Latina, Prebisch (1949) traça linhas gerais a respeito do desenvolvimento evocados a propósito da compreensão de problemas econômicos que são pertinentes a todas as economias. Para isso, destaca um emaranhado de características que diferenciam o processo de desenvolvimento econômico dos países latino-americanos das características gerais do processo de industrialização e desenvolvimento dos países europeus, desde a Primeira Revolução Industrial. A economia “central” teria constituído plenas condições de integrar-se aos ciclos de expansão da indústria fabril, beneficiando-se em termos de geração de emprego e renda, ao passo que a economia “periférica” restaria presa à venda de produtos primários.

Cabe aqui destacar que Raúl Prebisch visualiza uma grande transformação no contexto internacional no início do século XX, mais especificamente, o deslocamento do centro da economia mundial desde a Grã-Bretanha para a economia norte-americana, novo centro cíclico da economia mundial. Derivariam desse fenômeno diferenças fundamentais no padrão de organização da economia internacional, notadamente após a II Guerra Mundial.

Para ilustrar, alguns dados são de considerável importância. A Grã-Bretanha reduz seu coeficiente de importações entre os anos antes da Primeira Guerra Mundial e o período até meados do século XX; para isso, passa de 31% em 1900-1909, para 17.7% entre 1945-48 (Prebisch, 1950, p. 46). Ainda, a pronunciada queda de aproximadamente 50% do nível de importação dos E.U.A. dos anos 1930

e 1950 em comparação ao período anterior à Primeira Guerra, sugere transformação de vulto nas condições da economia internacional no período. Ademais, caberia destacar a baixa percentagem das importações em relação à renda do país norte-americano (em torno de 3%), como pontua Prebisch (1949, p. 49). Nesse contexto, cumpre destacar que há ainda uma queda no coeficiente de importações de produtos latino-americanos na economia norte-americana de aproximadamente 20%. Assim, as transformações ocorridas no contexto internacional no início do século XX acarretam questões muito relevantes para a explicação do desenvolvimento do Brasil.

3.1.2. A deterioração dos termos de troca

Segundo Prebisch (1949), inseridas em uma divisão internacional do trabalho inspirada pelos princípios das “vantagens comparativas”. De acordo com essa premissa os países “periféricos” especializam-se na produção de bens primários, dada “vantagem comparativa” em relação aos países “centrais”, os países centrais se dedicariam à produção industrial, e assim, o conjunto da economia mundial encontraria um nível ótimo de alocação da produção, enquanto a industrialização da periferia implica desvio à produção ótima. Na visão de Prebisch essa perceptiva seria desfavorável para as economias “periféricas”, pois o desenvolvimento das economias latino-americanas estaria fadado à perpetuação de uma estrutura produtiva especializada na produção de matérias primas, em uma conjuntura de diversificação da economia global, em que o setor primário perdia importância.

Além de não levar às massas de população das economias destes países o progresso que as economias “centrais” haviam obtido com a diversificação de seu tecido produtivo, o crescimento de uma economia a partir da mera exportação de

gêneros primários estaria realimentando a reincidência da “condição” de economia “periférica” no plano internacional. Ou seja, as economias “periféricas” da América Latina, inseridas em uma “divisão internacional do trabalho” como exportadoras de matérias-primas e demandantes de bens industriais dos “centros” econômicos mundiais, não lograriam se desenvolver de modo análogo aos grandes países de então. Quanto a essa questão, Prebisch (1949) destaca a evolução dos “termos de troca” entre os países “centrais” e “periféricos” no decurso dos anos 1870 a 1930.

Em termos tendenciais, a evolução dos preços estaria ocorrendo em desfavor das economias periféricas: em outras palavras, uma “deterioração dos termos de troca”. Ou no mesmo sentido e mais especificamente para a economia “periférica”, a razão entre a quantidade de bens primários necessários para adquirir a mesma quantidade de bens industriais no mercado internacional teria aumentado entre os anos 1870 e 1930 - com poucos momentos de exceção. Desta forma, a economia da periferia estaria perdendo progressivamente poder de compra – e assim, capacidade de importação. No processo de industrialização da economia “periférica”, como destacado em Prebisch, a exportação de bens primários teria se demonstrado um fator relevante.⁶

Com respeito a esse tema, os “ganhos” derivados dos avanços das técnicas de produção não se processariam de forma homogênea no conjunto da economia mundial, mas, sobretudo – em crítica à premissa de livre mobilidade dos fatores -, permaneceriam circunscritos aos países “avançados”, estes últimos, produtores e exportadores de bens industriais. Os países da periferia, ao seu turno, encontrar-se-iam diante uma condição de persistente atraso socioeconômico. Para

⁶ Em um resumo histórico do argumento “estruturalista” latino-americano, Rodriguez, O (2009) concentra argumentos da discussão a respeito da mensuração dos proveitos da relação “centro-periferia” à economia mundial, nesse caso, por exemplo, aproximando as questões pioneiras de Prebisch ao argumento que diz respeito à diminuição dos custos de transporte e as demais críticas direcionadas a abordagem. Para isso, Rodriguez, O. (2009, pp. 156-66).

esclarecer, Prebisch faz uma análise das relações entre os países “centrais” e “periféricos” no plano do comércio internacional. Nesse caminho, o economista argentino identifica uma tendência de retenção dos “ganhos” derivados do incremento de produtividade dos “centros industriais” em prol do próprio “centro”, seja promovendo um aumento de capital para os empresários destes centros industriais, seja incorporando-se o incremento nas remunerações salariais da população destes países – não estendidos, portanto, ao conjunto da economia mundial.

Com isso, Prebisch argumenta que os aumentos de produtividade – mais altos na indústria manufatureira que na produção primária -, não estariam sendo convertidos em queda do nível geral dos preços. Ao contrário, os produtores desses bens estariam sendo capazes de segurar o nível de preços em benefício de sua lucratividade. Prebisch se indaga sobre o porquê de os “ganhos” do progresso técnico não se transmitirem ao conjunto da economia mundial. Na verdade, argumenta o autor, estes “ganhos” pareciam estar pesando em desfavor dos países exportadores de produtos primários. De forma fundamentalmente empírica: a retenção dos “ganhos” da maior produtividade dos bens primários exportados pelos países periféricos teria evoluído ao longo do tempo em menor medida que a retenção dos “ganhos” dos países centrais. Desta forma, a “periferia” estaria progressivamente perdendo poder de compra em relação aos bens produzidos no centro. Por isso, na medida em que os benefícios não se estenderiam ao conjunto da economia mundial, Prebisch identifica uma falsa universalidade da teoria das “vantagens comparativas” como princípio incontestado para a análise econômica no período.

Nesse sentido, Prebisch identifica um aumento da produtividade dos bens

primários periféricos, levando ao rebaixamento de seus preços, com consequências ambíguas para a remuneração dos seus fatores de produção, o que contrastaria com a retenção dos “ganhos” em evolução das economias centrais (Prebisch, R., 1949. p. 58). Os termos de troca da "periferia" estariam sendo "deteriorados". Nesse caso, cabe a afirmação de Prebisch (p. 56, 1949), “as remunerações dos empresários e fatores de produção cresceram, nos centros, mais que o aumento da produtividade, e na periferia menos que o respectivo aumento da mesma produtividade”. Ainda, mais que isso, incisivamente pondera a respeito dos pontos elencados sinalizando que, “os países menos desenvolvidos, através dos preços que pagaram pelos artigos manufaturados, em relação com os que conseguiram pelos seus próprios produtos, contribuíram para crescentes níveis de vida nos países industrializados, mas sem receber, em contrapartida, nos preços dos seus próprios produtos, uma contribuição equivalente a seu próprio nível de vida” (Prebisch, 1949. p. 57).

3.1.3. A dinâmica no processo cíclico

Para explicar o fenômeno da “deterioração”, se entende que a economia funciona em “ciclos econômicos”, segundo flutuações entre demanda e procura e o nível dos preços vigente em um e outro período. O sistema econômico ora se apresenta em fase “crescente” ora “minguante”. Ocorre que nesse processo de tendências de ascensão e descenso dos “ciclos econômicos”, os benefícios econômicos irradiados dos centros à periferia apresentam latente desigualdade em sua transmissão, “dilatando” e “comprimindo” o nível dos “benefícios” a depender da fase “cíclica” em que ocorrem. Afinal, as economias “centrais” e “periféricas” do sistema econômico internacional se comportariam de forma muito distinta, em uma e outra das fases em questão. Nesse caso, cabe visitar as palavras de Prebisch:

"O quanto e as variações do benefício estão intimamente ligados a essa disparidade. O benefício aumenta na crescente e tende assim a corrigir o excesso de procura pela alta dos preços; na minguante diminui e tende, assim, a corrigir o excesso de oferta pela baixa daqueles" (Prebisch, 1949. p. 58).

O argumento básico é que, nos "ciclos econômicos" - "ondulações" em torno de um equilíbrio -, dada prevalência de economias primárias nos países "periféricos" e de produção industrial nos países "centrais", os benefícios trasladados de uma a outra economia emprestam condição particular a depender da fase cíclica. No momento de ascensão dos preços, ou seja, na fase crescente, "os preços primários sobem com mais rapidez que os finais (...), mas também descem mais que estes na minguante (Prebisch, 1949. p. 58)", fenômeno que colabora ademais, para espécie de *tendência de longo-prazo* em que, "dessa forma, os preços finais vão se apartando, progressivamente, dos preços primários (Prebisch, p 57-8, 1949)". Nesse ponto, a questão se demonstra importante para compreensão dos desafios de desenvolvimento em uma economia de caráter fundamentalmente primário, em vista adicionalmente, a procura exercida por esta mesma economia, de bens manufaturados nos países "centrais".

Em geral, o processo ocorre da seguinte maneira: na fase "crescente" do ciclo, seja devido às estratégias de mercado dos empresários dos "centros", ou mesmo devida ação das organizações operárias, a elevação do consumo de mercadorias no centro redundando em um aumento abrupto de demanda por gêneros primários periféricos. Quando o ciclo entra na fase "minguante", em geral esses mesmos benefícios tendem a comprimirem-se. Nessa fase – de descenso -, mesmo que as massas operárias periféricas apresentem capacidade de organização visando pressionar para não compressão dos preços, sua ação não terá efetividade porque as condições de mercado da produção primária dificultam

intrinsecamente a negociação dos preços de exportação por parte da periferia.

O ajustamento entre “oferta” e “procura” - característico da análise dos “ciclos econômicos” -, ocorre na periferia seja comprimindo os salários e remunerações locais devido à parca organização operária destes países, ou pelo mero aumento dos estoques de bens primários devido às contrações de demanda destes bens. Sendo assim, as baixas necessidades em importá-los por parte dos países industriais (na fase “minguante”, por exemplo) imputam pressão além da medida em direção à produção dos países “periféricos”. Em síntese, como já sugerido na seção anterior, os “termos de troca” comercial entre os países estariam se deteriorando em desfavor da periferia.

Ora, essa constatação levou Prebisch a argumentar que, “ao passo que os centros retiveram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países da periferia traspassaram-lhes uma parte do fruto de seu próprio progresso técnico (Prebisch, R., 1949)”. É no contexto dessa tendência que emerge seu encorajamento a industrialização: “a industrialização da América Latina (...), oferecerá a possibilidade de aumentar, sensivelmente, a renda nacional, ao dar emprego às massas da população presentemente empregadas em ocupações de escassa produtividade (Prebisch, 1949. p. 63)”.

Nesse ponto, Prebisch faz uma aproximação a questões importantes do processo de desenvolvimento dos países da América Latina ao longo do século XX. Para isso, pontos característicos se esclarecem, como por exemplo, questões concernentes a não trivial dinâmica de repartição dos ganhos do comércio internacional entre os países como, por exemplo, em economias que se caracterizam por um tipo generalizado de produção econômica. Ainda quanto a esse

ponto, questão a respeito da retenção dos aumentos de produtividade nas economias internas entre os países no comércio internacional.

3.1.4. Além das rendas de exportação: a formação da poupança

Prebisch ressalta as dificuldades no processo de adequação das técnicas produtivas internamente. O uso de técnicas produtivas originadas nos países “centrais” engendraria dificuldades para a economia “periférica”, uma vez que se utilizariam técnicas inconsistentes com a disponibilidade local de fatores. Uma consequência negativa que se pode destacar é o referido traslado do excedente de populações rurais. Nos “centros”: capitaliza-se a produção à medida que o processo enseja a necessidade, além da posterior produção de bens de capital. Nas economias “periféricas” a capitalização é substancialmente acima do que seria efetivamente adequado, devido à importação de técnicas. Será assim necessário contar com poupança externa, por exemplo, para importação de bens de capital. Haveria ainda a necessidade de se utilizar das rendas de exportação de produtos primários para obtenção das divisas necessárias à importação dos bens requeridos no processo (Prebisch, 1949; 1950).

Para isso, em uma passagem elucidativa, Prebisch (p. 86. 1950) sugere a questão do desenvolvimento de forma geral: “na época em que os países que hoje são grandes centros industriais encontravam-se em uma fase semelhante à que se encontram os países periféricos, e a sua renda *per capita* era relativamente pequena, a técnica produtiva exigia, apenas, pequena quantidade de capital por operário”. Desta forma, a respeito da adequação dos fatores de produção, um problema clássico da economia do desenvolvimento relacionado à formação da poupança da abordagem de Prebisch é sugerido, pois, necessita-se de poupança para o desenvolvimento econômico, mas se como sugere Prebisch, se a “margem

de poupança depende, em última instância, do aumento da produtividade do trabalho (Prebisch, p. 72, 1949)”, a produtividade do trabalho “depende” da importação de técnicas dos países “avançados” – que para viabilizá-la internamente, a necessidade de poupança.

O autor ilumina com isso a importância das divisas do processo de desenvolvimento “periférico”: “necessitamos de uma considerável importação de bens de capital e também, necessitamos de exportar produtos primários para consegui-los” (Prebisch, 1949, p. 48-9). Nesse caso, Prebisch (1949, p. 52) discute os objetivos da industrialização da economia periférica. Assim, a ideia é que uma vez que o capital é escasso e a industrialização da economia periférica manifestaria um conflito entre o propósito de assimilar “modos de existência que os países de técnica mais avançada lograram progressivamente, graças ao aumento de sua produtividade” e as “exigências de uma capitalização, sem a qual não será possível obter aumento semelhante”, o desenvolvimento pode ser visto de uma forma geral.

Assim, há que considerar os sacrifícios ao “bem estar” das massas. Pois “o país periférico estaria importando equipamento de capital fabricado com salários elevados para obter uma redução de custo computado em salários baixos” (Prebisch, 1950. p. 92). Assim se entende, advertência do autor a respeito aos limites do fomento da industrialização nacional da economia “periférica”. Para isso, Prebisch sustenta que o fundamento encontra-se em questão de “averiguar se o aumento de produção industrial, que se obtém com os fatores desviados da produção primária, é ou não superior à massa de artigos que, antes, se obtinham em troca das exportações” (Prebisch, 1949. p. 81). Desta forma, Prebisch destaca a relevância de pensar o desenvolvimento de forma ampla.

3.1.5. Política anticíclica

Na formulação de Prebisch a respeito de uma política de desenvolvimento para as economias “periféricas”, emerge o tema da efetividade das políticas anticíclicas, e assim se discute, por exemplo, se estas deveriam almejar a manutenção dos preços dos bens primários. Como tal, o autor questiona se uma economia primário-exportadora possuiria efetiva “capacidade para defender os preços da produção primária na minguante cíclica” (Prebisch, 1949. p. 83). De forma geral, Prebisch identifica distinções entre as políticas anticíclicas praticadas no “centro” e na “periferia”. No “centro”, estas atuariam sobre o volume das inversões - qual se atribui papel dinâmico no movimento ondulatório -, enquanto nas economias “periféricas” o volume de inversões seria uma função das exportações. Ou seja, as políticas anticíclicas voltadas à manutenção do nível de investimento não fariam qualquer sentido na periferia.

De forma geral, Prebisch (1963, p. 147-55) entende que uma política anticíclica para a economia periférica não deveria atuar para amenizar os efeitos das variações de atividade econômica, mas para dar o máximo de resistência a economia periférica.⁷ Assim, a política anticíclica se vincularia ao fenômeno do “desequilíbrio externo”, pois, como se sabe, as brechas cambiais constantemente vitimariam as economias da periferia do sistema capitalista mundial ao longo do século XX, segundo os conceitos básicos do estruturalismo.

Assim sugere Prebisch (1963), “a solução ideal seria esta: dar à estrutura interna da economia resistência suficiente para desviar ao exterior os efeitos de tais flutuações, de maneira que a atividade econômica interna possa crescer sem interrupções periódicas” (Prebisch, 1963. p. 156). O desafio para a economia periférica, desta forma, relacionaria a política anticíclica ao fenômeno do

⁷ Para isso, Prebisch (1963).

desequilíbrio externo. De modo geral a questão se concentraria no seguinte: quando os níveis de renda agregada da economia interna tendem comprimir-se com a queda das exportações, e estas últimas não são suficientes para satisfazer as demandas de importações correspondentes ao nível de renda em questão, seria necessário formular alguma forma de racionamento de divisas com vistas à maximização da oferta agregada (Prebisch, 1963. p. 156). Nesse sentido, a prioridade seria “crescer para dentro, mediante a industrialização (...)”, pois “se, por um lado, com o progresso técnico, se consegue aumentar a eficácia produtora, e se a industrialização e uma adequada legislação social por outro lado vão elevando o nível de salário real, poder-se-á corrigir, gradualmente, o desequilíbrio de remuneração entre os centros e a periferia, sem prejuízo dessa atividade econômica essencial [exportação primária]” (Prebisch, 1949. p. 52-53).

Se assim, Prebisch (1963) sugere o ponto indispensável à política da economia “periférica” “em desenvolvimento”: “comprimir o coeficiente [de importações] mediante o câmbio de composição das importações e a transformação da estrutura de produção, na medida necessária para lograr o máximo de ocupação dos fatores produtivos na atividade econômica interna quando as exportações – e, portanto, capacidade para importar – se encontra na sua posição cíclica mais baixa” (Prebisch, 1963. p. 156). Com isso, enquanto na estrutura de produção interna encontrar-se-iam diferentes categorias de importações, uma política anticíclica deveria selecionar ativamente determinados artigos que se busca prosseguir importando. (Prebisch, 1963, p. 155-8). Trata-se de uma perspectiva que deságua em uma iniciativa de industrialização por “substituição de importações”.

3.1.6. Insuficiência dinâmica

A respeito da insuficiência dinâmica, Prebisch destaca que, “a absorção do excesso de mão de obra no setor moderno é mitigada pela possibilidade de o excedente gerado pelo setor capitalista não se tornar investimento, mas se orientar ao consumo conspícuo das minorias de renda mais alta”.⁸ Nada obstante, diante dessa tendência estrutural se faria necessário: i) que o incremento da população ativa nas atividades primárias desvincule-se da atividade econômica primária; ii) que a mão de obra (deslocada no processo) encontre ocupação na indústria e em outras atividades, iii) que a absorção desta mão de obra seja de tamanha intensidade que os salários reais dos trabalhadores nas atividades primárias possa subir de modo a captar o incremento de produtividades destas (Prebisch, 1963, p. 95).

Este desafio estaria intimamente relacionado ao papel do setor público no desenvolvimento das economias periféricas. Quanto a isto, cabe que se apresente brevemente a perspectiva de Raul Prebisch, pois esse debate se desvia com frequência para o campo dos méritos e deméritos da iniciativa estatal e da empresa privada. Prebisch (1963, p. 73) sugere de forma geral a iniciativa de combinar ação do Estado com a ação econômica privada. Essa combinação se faria necessário, por exemplo, no âmbito das ações no sentido de evitar a concentração excessiva de poder econômico em mãos privadas, ou em inversões em regiões estratégicas do tecido econômico em que não haja atratividade para a iniciativa privada. (Prebisch, 1963, p. 68-77). Para o autor, se há alguma chance de promover a coordenação aludida no parágrafo anterior, seria mediante pesada ação estatal.

3.1.7. Desenvolvimento e adaptação

⁸ Ou assim, de forma resumida para as economias periféricas no concerto internacional, escassez de poupança e dependência tecnológica concentram questões fundamentais para compreensão do fenômeno da “insuficiência dinâmica” (Biancarelli, A. M., Vergnhanini, R., 2019).

Prebisch (1973) sugere que após uma prolongada diferenciação econômica das economias “periféricas”, estas tendem a ingressar em outro período de seu desenvolvimento. Ocorre aí a passagem do período de “desenvolvimento para fora” para o período seguinte – ou seja, de industrialização -. Para isso, a aproximação de Prebisch permite um indicativo geral: “em um caso a exportação é um instrumento para conseguir toda sorte de importações de produtos manufaturados; em outro, é o instrumento para lograr o progressivo desenvolvimento de sua produção interna” (Prebisch, 1973, p. 3).

Ao redor dos anos 1930 seria superado, portanto, o período em que as maiores economias “periféricas” da América Latina encontrar-se-iam no primeiro período. O período posterior traduz uma transformação geral das condições do desenvolvimento econômico destes países. Com isso, Prebisch (1973) almeja com o seu texto, de forma geral, “discutir o conteúdo de um programa de desenvolvimento” (Prebisch, 1973. p. 20).

A questão premente do desenvolvimento da economia “periférica”, chamada de tendência ao desequilíbrio externo, é retomada em Prebisch (1973). Nesse caso, “a medida que aumenta a renda *per capita* e altera composição da demanda (dado progresso técnico e a industrialização corrente no processo), é indispensável ir transformando a composição das importações e desenvolvendo a produção substitutiva interna a fim de que outras importações possam crescer internamente” (Prebisch, 1973. p. 33). Tendo em vista essa tendência estrutural, “se esse reajuste das importações não se cumpre em medida suficiente, o crescimento da renda se manifesta em tendência ao desequilíbrio exterior: as importações tendem a crescer mais que a capacidade de importar” (Prebisch, 1973, p. 34).

3.2. CELSO FURTADO

3.2.1 ESTRUTURALISMO HISTÓRICO

3.2.1.1 Breve introdução

No clássico “formação econômica”, Furtado (1959) contrapõe características das estruturas econômicas dos países “avançados” e “atrasados”. Com base em uma ampla observação historiográfica, o autor busca revelar os fundamentos do subdesenvolvimento da economia brasileira, abrindo caminho para uma visão histórica-estrutural do desenvolvimento. A análise do autor reúne aspectos característicos da formação econômica do Brasil, desde a formação da economia açucareiro-escravista de exportação no nordeste brasileiro, ressaltando a articulação interna das atividades econômicas, a desaguar na atividade “mineradora” no centro sul do país, bem como a involução econômica dessa mesma região em um período posterior ao auge minerador do século XVII. Mais adiante, o autor examina o nascedouro da estrutura de mercado interna, ocorrido no bojo da consolidação da atividade econômica cafeeira, até desaguar nos primórdios da industrialização brasileira no século XX.

Furtado percorre várias transformações ocorridas na economia brasileira em função de mudanças no mercado internacional. O âmago da versão apresentada é a conjugação de fatores explicativos internos e externos e as respostas da economia brasileira no bojo das dificuldades em sua formação e desenvolvimento. O Brasil se funda inserido no mercado internacional como economia ofertante de “bens primários”. As regiões são formadas em função da exportação de algum gênero exportável. Ao mesmo tempo, as regiões marcadas pela exportação de bens que a economia internacional já não absorve com o mesmo dinamismo sofrem processos seculares de involução econômica para economias de

“subsistência”.⁹

No que diz respeito às transformações induzidas pela economia internacional na organização da economia doméstica, temos como exemplo a irradiação de efeitos da mineração aurífera de Minas Gerais ao longo do século XVII para o sul do país, por exemplo, onde um notável desenvolvimento de infraestrutura interna para operacionalização da atividade econômica mineira é destacado. Assim mais, com a distância do núcleo mineiro em relação às saídas portuárias do país, em comparação com a atividade econômica nordestina no período anterior, a algodoeira maranhense ou cafeeira (em um período posterior), os efeitos do período minerador são destacados na análise do autor, uma vez que o núcleo da produção teria se concentrado relativamente distante da costa marítima do país. Percorrer a “formação econômica do Brasil” de Furtado é, fundamentalmente, refletir sobre os impulsos dinâmicos advindos da economia internacional, e sobre como estes impulsos foram moldando o Brasil, em constante tensão e acomodação com as nuances prevalecentes em sua economia e sua sociedade.

3.2.1.2 Modalidades díspares de desenvolvimento

Na virada do século XIX, enquanto a Inglaterra vivencia um profundo processo de industrialização, a economia brasileira se vê articulada à economia inglesa, dada a tutela que os ingleses exerciam sobre a coroa portuguesa (Furtado, C., 1959). Nesse caso, a escravidão e a importação de produtos manufaturados para o atendimento das necessidades do país demonstram tão somente a face mais

⁹ Nesse caso, Furtado (1959) destaca o que chama de “involução econômica”. Como a economia nordestina é apresentada de forma didática, segue explicação. Para o autor, nos períodos em que a economia açucareira de exportação se vê em condições desfavoráveis, ocorre transferência da força de trabalho para as atividades criatórias no interior. No entanto, “como a rentabilidade da economia pecuária dependia em grande medida da rentabilidade da própria economia açucareira, ao transferir-se população desta para aquela nas etapas de depressão se intensificava a conversão da pecuária em economia de subsistência” (Furtado, C., 1959, p. 70), uma dinâmica econômica que reduz o Nordeste progressivamente a uma economia que produz apenas o necessário para subsistir (Furtado, C., 1959, páginas 68-76).

visível do “atraso” socioeconômico.

“A fase anterior [entende-se como fase anterior: 1868-1918] foi marcada pela formação de um sistema de divisão internacional do trabalho sob a hegemonia do grupo de países cuja industrialização teve início na primeira metade do século XIX. Esse sistema permitiu concentrar em certas áreas as atividades produtivas que mais se beneficiavam do progresso tecnológico, bem como utilizar mais ampla e racionalmente os recursos abundantes (mão-de-obra e terras) existentes nas demais áreas. Expandia-se o conjunto da atividade econômica mundial e ao mesmo tempo, surgia ou intensificava a interdependência entre as suas partes. Se analisarmos mais detalhadamente esse processo, logo constataremos que ele comportava duas modalidades de desenvolvimento. De um lado, estava o desenvolvimento dos centros industriais apoiado no progresso tecnológico e numa rápida acumulação de capital. Esse desenvolvimento acarretava mudança na quantidade relativa dos fatores acrescentando a dotação de capital por unidade de mão-de-obra, e também na qualidade desses fatores, exigindo uma melhoria progressiva do fator humano e envolvendo processos produtivos cada vez mais complexos. De outro lado estava o desenvolvimento das chamadas regiões periféricas, que tinha como ponto de partida modificações na demanda global efetuadas através do setor externo. Esse segundo tipo de desenvolvimento era quase sempre de caráter extensivo, isto é, permitia aumentar a produtividade econômica dos fatores produtivos sem exigir modificações significativas nas formas de produção. Assim, a substituição de uma agricultura de subsistência, como a produção de milho, por uma agricultura de exportação, como o café, acarretava um aumento do produto global sem exigir alterações significativas nas técnicas de produção. Outras vezes - caso da produção mineira - esse desenvolvimento periférico assumia a forma de assimilação de técnicas modernas e de aumento da capitalização em setor produtivo estritamente ligado à exportação, sem nenhuma capacidade de irradiação para dentro da economia. Em um e outro casos, o desenvolvimento periférico tinha reduzida capacidade transformadora das técnicas de produção” (Furtado, C. 2007. p. 106-107).

Nesse contexto, Furtado ilumina a emergência de uma divisão internacional do trabalho, em que caberia aos países primário-exportadores uma posição característica. Suas economias deveriam responder passivamente aos estímulos ditados pela diferenciação econômica dos centros industriais, abrindo frentes de escassez de matérias-primas que convidariam os países não industriais ao comércio internacional. Era após era, nichos de exportação primária despontariam e entrariam em decadência, deitando consequências que se traduziriam na evolução ou involução dos complexos exportadores existentes nos países austrais. Novas regiões eram convidadas à integração pelo comércio, ao passo que outras eram alijadas deste, em um processo fora do controle de qualquer ator periférico.

3.2.2 O ENFOQUE HISTÓRICO-ESTRUTURAL: A MODERNIZAÇÃO

3.2.2.1 A sistemática “centro-periferia”

Durante a expansão industrial inglesa, as economias periféricas passam a abastecer as economias centrais com produtos primários e ainda absorvem produtos manufaturados dos centros econômicos. Quanto a isso, Furtado (2000) ilumina importantes assimetrias nas estruturas prevaletentes no “centro” e na “periferia”, quando da formação dessa divisão internacional do trabalho. No centro, a mudança do perfil de consumo surge no esteio de uma intrincada complexificação do processo de produção; na periferia, ao contrário, o consumo é modificado no esteio da integração comercial com o centro, sem prévia mudança qualitativa no tecido produtivo. Por isso, Furtado sugere que, no que diz respeito à periferia, “a formação do sistema econômico mundial apoiou-se [...] tanto no processo de transformação das estruturas sociais como no processo de modernização dos estilos de vida” (Furtado, 2000. p. 27).

Na periferia, com efeito, há uma modernização não acompanhada da transformação prévia nas estruturas sociais. De forma geral, o amplo quadro que faz referência ao “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” é destacado como parte de um processo em que se inscreveria a formação do capitalismo em vista da estrutura social dos países. Segundo o autor, o subdesenvolvimento e o desenvolvimento econômico seriam manifestações de um mesmo processo, como realidades díspares “derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se mutuamente. Quanto mais ampla fosse a divisão internacional do trabalho, mais profundas seriam as transformações sociais do centro do sistema e mais intensa a modernização das formas de vida em sua periferia” (Furtado, 2000. p. 28). Assim, para a abordagem “centro-periferia” de Furtado, um dos princípios básicos compreenderia além de questões concernentes às desigualdades internacionais entre os países, as complexas e reiteradas relações entre países de distintos níveis de desenvolvimento.

3.2.2.2 A desigualdade nos países periféricos

Na perceptiva de Celso Furtado, a economia capitalista contemporânea comportaria regiões com grandes disparidades. Ele enxerga o funcionamento das regiões subdesenvolvidas como uma espécie de projeção distorcida das novidades que marcam o cotidiano das economias desenvolvidas. As transformações econômicas na “periferia” e no “centro” ocorreriam de forma distinta: enquanto nos países “centrais” a elevação da produtividade se assentaria no desenvolvimento das forças produtivas, de tal forma que fenômeno pressuporia um avanço das “técnicas” de produção, sob condições periféricas as modificações do sistema produtivo se passariam em função de uma reorganização do uso de recursos já disponíveis (Furtado, 2000, p. 81). Isto é, o avanço das possibilidades de

expansão da acumulação na “periferia” se passaria em função da capacidade de reordenar o uso dos recursos disponíveis, com atendimento da demanda interna suprida pelas importações originárias dos países do centro do capitalismo (Furtado, C. 2000. p. 81).

Assim, de modo geral o horizonte de acumulação periférico teria se conformado em função da capacidade das economias centrais em se reinventar e oferecer às economias da periferia ensejo para a dinâmica de modernização da sua demanda interna, como exemplo, seguindo determinados “padrões de consumo”. Segundo Celso Furtado, “o que caracterizou a formação da periferia foi a dinamização da demanda – modernização – em condições de um relativo imobilismo social causado pelo lento desenvolvimento das forças produtivas. O que veio a chamar-se de subdesenvolvimento não é outra coisa senão a manifestação dessa disparidade entre o dinamismo da demanda e o atraso na acumulação reprodutiva” (Furtado. C. 2000. p. 81).

Desse modo, Furtado enxerga um capitalismo internacional desigual em termos de incorporação do progresso técnico, mas também identifica desigualdades agravadas dentro de um dado país periférico por força de sua inserção no comércio internacional.¹⁰ As economias periféricas seguem importando bens, mas também assimilando um padrão de consumo, que pressupõe uma cesta de bens importados. O custo elevado desses bens, medido em suas exportações primárias, não tornaria possível que seu consumo fosse massificado na periferia. A

¹⁰ Furtado (2000) sugere uma análise global: “ocorre que a elevação do salário básico é parte de um processo que compreende o aumento do coeficiente de desperdício implícito no dispêndio dos grupos de rendas altas e também a difusão entre os grupos de rendas médias de formas de consumo (...)”. Nesse caso, para compreensão da ideia de Furtado, cumpre destacar as palavras do autor: “a eliminação da pobreza dentro da riqueza faz-se mais difícil com o avanço da acumulação. Foi em função dos valores dessa civilização material que se formou a consciência das desigualdades internacionais de níveis de vida, do atraso acumulativo, do subdesenvolvimento (...). A concentração geográfica, em benefício de certos países, do avanço das técnicas seria uma das consequências de mais profundo alcance da intensificação do processo acumulativo” (Furtado, 2000. p. 23).

concentração de renda era uma exigência estrutural desse tipo de integração comercial.

3.2.2.3 Estado e desenvolvimento

Furtado (1972) desenvolve uma análise do modelo brasileiro. De acordo com seus argumentos, a economia brasileira apresentaria um fenômeno chamado de “dependência estrutural”, entendido este como um “horizonte estreito de opções na formulação de objetivos próprios e numa reduzida capacidade de articulação das decisões econômicas tomadas em função desses objetivos” (Furtado, C. 1972, p. 15). O controle tecnológico e o poder financeiro das grandes empresas internacionais são enxergados como importantes restrições que a economia brasileira “em desenvolvimento” enfrentaria ao longo do século XX. Por intermédio desse controle, a cesta de consumo de manufaturados consumida no Brasil tendia a ser ditada pelo padrão de consumo prevalecente nos grandes países industriais. Com efeito, quando a industrialização desponta no Brasil, ela teria como característica basilar uma ênfase na “diversificação [da produção interna] dos bens e serviços finais” (Furtado, C., 1972, p. 10). A transformação técnica dos processos produtivos ocorreria apenas quando diretamente ensejada pelo desejo de produzir esses bens e serviços finais, não teria raízes profundas aqui o longo processo de inovação tecnológica em curso desde a Revolução Industrial.

Segundo o autor, uma vez que o poder de compra em expansão do país no período teria sido desigualmente apropriado pelos grupos de mais alta renda, o desenvolvimento no Brasil teria sido guiado pelo mimetismo dos padrões de vida das classes médias das sociedades industriais, mediante a passiva introdução de versões domésticas de novos produtos antes importados. Para Furtado, “a estrutura industrial brasileira teve de adaptar-se, desde o início, a um perfil de

demanda caracterizado por um desnível considerável entre os padrões de consumo da massa e os de uma pequena minoria” (Furtado, 1972, p. 30). Pois, segundo Furtado, “para acompanhar esse avanço a industrialização deve apoiar-se em intensa capitalização, o que não compatibiliza facilmente com o nível médio de renda de um país subdesenvolvido” (Furtado, C., 1972. p. 11).

Na perspectiva de Celso Furtado, a trajetória dos países industrializados evidenciaria a proeminência do Estado como ente mediador dos conflitos internos, garantindo que as massas fossem capazes de participar crescentemente da renda nacional, adquirindo condições de diferenciar sua cesta de consumo com a introdução de bens cada vez mais sofisticados. De acordo com a perspectiva do autor, a ação do Estado promoveria a democratização do acesso a bens básicos, combateria a pobreza e a desigualdade. Paralelamente, o Estado seria responsável por fomentar indústrias estratégicas, cuja atuação acarretaria grandes externalidades positivas para o conjunto da indústria que se almejava desenvolver.

Voltando suas atenções para o caso brasileiro, arquétipo de industrialização a partir de uma base primário-exportadora e dependente do “centro”, Furtado destaca que a estruturação do processo que teria permitido a industrialização nacional teria igualmente atribuído ao Estado um papel fundamental. Mesmo assim, não teriam sido evitadas mazelas características da industrialização brasileira, como por exemplo, uma baixa capacidade de absorção de mão de obra (Furtado, C., 1972, p. 42), ou uma lenta elevação da taxa de salário real mesmo no setor “moderno” (Furtado, C., 1972. p. 48).

Para o autor, o processo de desenvolvimento na economia periférica apresentaria uma característica geral em que, “modernização e a ação do Estado”

(Furtado, 2000. p. 123) influem na formação da sociedade. Assim, os limites da industrialização na economia periférica estariam umbilicalmente ligados à relação da sociedade periférica com o Estado. Nesse caso, Furtado sugere:

Não imaginemos que a ação do Estado se faz em contradição com a modernização, ou se apresenta como uma opção a ela. A verdade é que o Estado intervém para ampliar as avenidas de uma industrialização que tende a perder fôlego quando apoiada apenas na modernização. (...) Se a modernização opera como fonte de inovação, ao Estado cabe o papel de difusor do progresso técnico, na medida em que decide o volume de emprego e o nível de salário básico. A partir do momento em que a industrialização passa a ser condição necessária da modernização, o problema da dimensão do mercado faz-se crucial (Furtado, 2000. p. 123).

Os textos de Furtado convidam a análise das linhas gerais do desenvolvimento das economias “atrasadas” ou “retardatárias”. Ele recusa compreender sua trajetória como um caminho preconcebido e determinado, preferindo assumir como ideia estruturante certa ordem sistêmica, vigente em um dado período. Ou seja, a abordagem histórica-estrutural, dessa forma, aprofunda a análise no âmbito das “estruturas” sobre as quais é erigido o desenvolvimento econômico de um país. O enfoque histórico-estrutural trata os países como partícipes de uma ordem estabelecida e hierárquica no plano global, de forma que a análise do desenvolvimento compreende a análise de suas opções – ou de sua falta de opções – no contexto desse sistema econômico mundial. Assim, a análise econômica se distancia dos modelos abstratos da ciência econômica, e é afastada a ideia de que o destino dos países periféricos seria meramente repetir a trajetória dos países centrais. De forma geral, segundo Furtado, a condição de país “subdesenvolvido” não necessariamente teria feito parte da história dos países hoje avançados.

CAPÍTULO 4. ASPECTOS DO DEBATE DO DESENVOLVIMENTO

4.1. O básico das ideias do novo-desenvolvimentismo

4.1.1 Desenvolvimentismo como conceito

Segundo Fonseca (2014), o “desenvolvimentismo”, entendido como um conceito baseado em um núcleo comum de variáveis que apresentaria diferentes enfoques ao longo da história, necessariamente compreende: i) a existência de um projeto deliberado ou estratégia tendo como objeto a nação e o futuro, ii) a intervenção do Estado com o propósito de viabilização de um projeto com respaldo social e político de segmentos e classes sociais; iii) a industrialização, como caminho para acelerar o crescimento econômico (Fonseca, 2014, p. 41).

A política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (Fonseca, 2014. p. 59).

Como sugerido, desenvolvimentismo compreende a formulação e aplicação de política econômica de governos no intuito de transformar a sociedade, mediante a aceleração do crescimento econômico, ou seja, busca a superação dos problemas econômicos e sociais dentro dos marcos do sistema capitalista. Segundo Guilhoto *et al* (2017), o debate sobre a política econômica recente no Brasil estaria retomando uma tradição iniciada nos anos 1950, de forma geral originada na Comissão Econômica para América Latina – CEPAL, mas que teria perdido força desde os anos 1980. Para o autor, em se tratando do debate desenvolvimentista da economia brasileira no período recente, notórias distinções a respeito dos enfoques desenvolvimentistas se pronunciaram. Além disso, o debate permearia questões a

respeito do regime de crescimento mais adequado à economia. Como questão unânime entre os desenvolvimentistas emerge a importância dos estímulos de demanda para a garantia de crescimento de emprego e renda da economia. O autor ainda destaca que o campo “tem divergido quanto ao tipo de demanda que deve ser estimulado, se a demanda externa, via exportações, ou se a demanda interna, nesse último caso via consumo de massa e/ou investimento” (Guilhoto *et al*, 2017). Como questão relevante a respeito do desenvolvimento brasileiro no período recente, mais adiante, retomamos algumas ideias básicas.

Guilhoto *et al* (2017) também destacam os efeitos ocasionados pelas políticas econômicas para o conjunto da economia do Brasil, em especial a estrutura produtiva, o que de certa forma retoma o enfoque sugerido ao longo do texto. Os autores buscam localizar nos efeitos ao longo da estrutura produtiva evidências analíticas de relevo para compreensão do fenômeno do desenvolvimento econômico. Ou seja, a evolução da estrutura produtiva sob distintas políticas econômicas é abordada como material fundamental para a análise do desenvolvimento. Assim, os autores se concentram no potencial de estímulos geradores de demanda de forma que o investimento se demonstraria como o canal preferencial para estímulos para economia brasileira em termos distributivos. Desta forma, a partir de uma simulação em matriz insumo produto a respeito dos efeitos engendrados ao longo da estrutura produtiva do país, pensando em termos distributivos, a ideia é que os estímulos de demanda que geram investimento de forma geral se demonstrariam como preferenciais para o desenvolvimento da economia brasileira.¹¹

¹¹ Segundo Guilhoto *et al* (2017), para a variável de demanda estimulada que deve ser priorizada para garantia de crescimento com melhor distribuição, se exportações, consumo ou investimento, com base em uma análise insumo-produto, os autores sugerem que “os dados mostraram-se mais favoráveis aos investimentos, uma vez

Para os teóricos que adotam a perspectiva desenvolvimentista, parece cabível analisar em profundidade o papel exercido pelos bancos de fomento ou as empresas estatais enquanto elementos particularmente expressivos da política econômica. Por exemplo, no caso do Brasil caberia analisar o papel histórico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e do Banco do Brasil.¹² De forma geral, como destaca Fonseca (2014) como um exemplo elucidativo, ao longo do século XX o Brasil teria uma série de bem sucedidas iniciativas de linhagem desenvolvimentista.

4.1.2 O enfraquecimento da proposta liberal e o novo desenvolvimentismo

De acordo com a informação estatística disponível, “a década de 1990 como um todo viu menos crescimento na América Latina em PIB *per capita* que em 1950-80, apesar do desmantelamento dos regimes políticos liderados pelo Estado, populistas e protecionistas da região” (Rodrik, D. 2006). Sobre esse tema, Palma (2005) pontua que a entrada dessa região em um regime de baixo crescimento econômico “resultou de um processo drástico de liberalização comercial e financeira no contexto de mudança institucional, o que levou a uma acentuada reversão da sua pauta prévia (estatizada) de industrialização por substituição de importações (ISI)”. Nesse caso, o autor destaca uma série de transformações no período, entre as quais, mudanças nos preços relativos, taxas de câmbio, estrutura institucional, direitos de propriedade e incentivos de mercado. Ao mesmo tempo, em forte contraste com essa América Latina em busca de liberalização, o autor sugere que “a China conseguiu extrair quantias desordenadas de investimento privado sob um sistema de propriedade pública (empresas de municípios e vilas)”.

que foram observados impactos maiores de produção, emprego e geração de rendimentos em geral e salários em particular, quando eles são estimulados” (Guilhoto *et all*, 2017, p. 406).

¹² Para uma análise histórica com esse enfoque, com ênfase em instituições como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social para o caso brasileiro, Amsden (2009).

Como destaca Diniz (2009), no que diz respeito aos estudos sobre o desenvolvimento, o período que se inicia no século XXI teria sido marcado por frequentes críticas à busca por um receituário único para o desenvolvimento econômico. Isto é, segundo a autora, nesse período teria ganhado corpo um “reconhecimento de que na ordem globalizada existem, sim, graus de liberdade de ação, cabendo aos governos a escolha de aproveitar ou não esses graus de liberdade em benefício de interesses nacionais estratégicos” (Diniz, E., 2009. p. 94). Além dessa crítica à noção de um receituário para todas as nações, abstraída suas circunstâncias particulares, a autora identifica outras ideias que recentemente se tornaram populares nos estudos do desenvolvimento: i) a crítica do pressuposto da convergência e da uniformização das circunstâncias materiais dos povos; ii) a recusa à negação do papel do Estado; iii) a rejeição à perspectiva de que as políticas econômicas devam ter uma postura passiva; iv) a noção de que cada país trilha uma trajetória particular no seu processo de desenvolvimento capitalista (Diniz, E., 2009. p. 94).

Um dos pesquisadores mais reputados desse período no campo de estudos do desenvolvimento, Dani Rodrik, representa bem o *Zeitgeist* acima descrito pela autora. Ainda que o ideal do liberalismo constitua um importante elemento norteador para as sociedades ocidentais, Rodrik, D. (2006) faz uma leitura crítica do chamado Consenso de Washington.

A obsessão por reformas institucionais abrangentes leva a uma agenda política irremediavelmente ambiciosa e praticamente impossível de cumprir. Dizer aos países pobres da África ou da América Latina que eles têm que encarar as instituições de melhores práticas dos Estados Unidos ou da Suécia é como dizer a eles que a única maneira de se desenvolver é se desenvolver (Rodrik, D. 2006).

É sob esse contexto de retomada de estudos mais simpáticos ao engajamento do Estado no ideal de desenvolvimento que devemos inserir a recente retomada do desenvolvimentismo. Essa conjuntura acadêmica ampliou, pois, o espaço para a elaboração de estudos mais detalhados sobre os efeitos das políticas econômicas, bem como foi possível que o imaginário social fosse fecundado pela difusão de experiências aparentemente exitosas, que foram sendo tratadas objetivamente como casos de estudo a compreender. É então que alguns autores passam a aludir a um “novo” desenvolvimentismo. A adjetivação de uma linhagem do desenvolvimentismo como “novo” se encontra fundamentada em Bresser (2006). Segundo o autor:

O novo desenvolvimentismo não é protecionista. Supõe que os países de desenvolvimento médio já superaram a fase da indústria infante e exige que as empresas sejam competitivas em todos os setores industriais aos quais se dedicarem, e que, em alguns, sejam especialmente competitivas para poderem exportar. (Bresser, L. C. 2006)

Segundo Mollo *et al* (2018), a ideia geral é que o novo desenvolvimentismo “é visto como novo porque, ao contrário do antigo desenvolvimentismo da Cepal, que focava na defesa da balança comercial, ele foca na conta de capitais e na vulnerabilidade do país com relação aos movimentos de capitais liberalizados. A variável chave para atuar sobre tal vulnerabilidade é a taxa de juros, que deve ser baixa como solução, porque inibe a entrada de capitais especulativos”. Ou seja, o ideal de desenvolvimento da CEPAL é resgatado, mas são feitas considerações sobre o atual estágio de desenvolvimento da economia brasileira, buscando ajustes de ênfase na agenda tradicionalmente atribuída aos desenvolvimentistas.

4.1.3. Doença holandesa e desindustrialização

No início desse trabalho, fizemos comentários críticos sobre uma economia que é movida por exportações intensivas em recursos naturais. Nesse momento, após termos visitado três correntes teóricas, cabe perguntar: há outra opção para o desenvolvimento de uma economia originalmente primário exportadora? Se sim, qual? Haveria uma sorte de “dicotomia” entre as possibilidades de desenvolvimento de um país enquanto exportador de bens intensivos em recursos naturais e a industrialização? A estrutura produtiva conformada em prol da especialização produtiva em recursos naturais gera obstáculos para o desenvolvimento da indústria de transformação nacional?

A “dicotomia” entre os tipos de “indústria” - “intensiva em recursos naturais” e em “transformação industrial” -, foi explorada por autores que propuseram a tese da “doença holandesa”: no caso brasileiro, amplamente destacado em Bresser-Pereira. O quadro de “doença holandesa” é uma referência aos desdobramentos ocorridos na economia da Holanda a partir da descoberta de reservas de gás natural por volta de 1960. Segundo Bresser Pereira, “a doença holandesa é problema antigo, inerente a economias monetárias onde existam rendas ricardianas originadas de *commodities* exportadas, mas recebeu esse nome porque foi identificada na Holanda, nos anos 1960, quando seus economistas verificaram que a descoberta de gás natural e sua exportação estavam apreciando a taxa de câmbio e ameaçavam destruir toda a sua indústria” (Bresser-Pereira, p. 12, 2012). Para Oreiro e Feijó (2010), o conceito clássico de doença holandesa compreenderia uma “redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região”.

Para Bresser a ideia é que quando um país se especializa na produção econômica baseada em bens intensivos em recursos naturais, a estrutura

produtiva nacional apresentaria uma tendência para a inviabilização da produção industrial manufatureira do país. Segundo os autores, de forma simplificada a doença holandesa compreenderia “um fenômeno estrutural que cria obstáculos à industrialização ou, se tiver sido neutralizada e o país se industrializou, mas, depois, deixou de sê-lo, provoca desindustrialização” (Bresser, Oreiro e Marconi. Cap. 5, s/ data). Assim, os autores definem de forma conceitual.

A doença holandesa é a crônica sobre apreciação da taxa de câmbio de um país causada pela exploração de recursos abundantes e baratos, cuja produção e exportação é compatível com uma taxa de câmbio claramente mais apreciada que a taxa de câmbio que torna competitivas internacionalmente as demais empresas de bens comercializáveis que usam a tecnologia mais moderna existente no mundo (Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi. Cap. 5, s/ data).

Como tal, uma especialização produtiva nacional na exploração de bens intensivos em recursos naturais restringiria o desenvolvimento da “indústria de transformação” do país. No caso, um pressuposto é que deve vigorar uma taxa de câmbio “cronicamente sobre apreciada”. Com isso, segundo os autores, o fenômeno deveria ser neutralizado de forma a proteger a indústria nacional de bens manufaturados dos efeitos dessa tendência crônica.¹³ Os canais de transmissão, ou o porquê de a estrutura produtiva e o desenvolvimento do país se apresentar obstado devido uma especialização produtiva em recursos naturais é destacado em seguida. Para tanto, uma questão chave à compreensão é a importância da indústria de transformação para o desenvolvimento econômico.

Para os autores, o desenvolvimento econômico acompanharia um

¹³ Interessante notar que há uma diferença para o tratamento da indústria em se tratando do valor adicionado per *capita* elevado e a renda per capita. Por exemplo, em municípios com alta atividade econômica mineral, a renda per *capita* é alta, o que, no entanto, sugere outros pontos a se destacar para uma análise de desenvolvimento, como por exemplo, com referência ao valor adicionado (ou valor agregado na produção). Para isso, é necessário compreender as etapas do processo produtivo, uma questão que possivelmente não invalida o enfoque, afinal, como destacado a respeito da produção de minério uma parte preponderante da produção é exportada.

aumento de produtividade na economia. Esse aumento, em suas palavras, “é praticamente sinônimo de desenvolvimento econômico” (Bresser, Oreiro e Marconi, cap.5, s/data). Este ocorreria quando a economia do país produzisse um mesmo bem ou serviço aumentando a eficiência na produção, ou então, em decorrência da transferência de mão de obra no interior da estrutura produtiva do país, especificamente, uma transferência para os setores tecnologicamente mais sofisticados. Desta forma, uma especialização na produção de recursos naturais compreenderia uma série de efeitos não desejáveis a economia. Fundamentalmente, como um efeito decorrente dos recursos em moeda estrangeira recebidos no país como pagamentos das *commodities* exportadas, ocorreria uma excessiva sobrevalorização da moeda nacional. Com efeito, mesmo as indústrias de bens manufaturados nacionais que disputam no mercado internacional a fronteira da arte – e mesmo indústrias que apresentem os melhores quadros e equipamentos para produção de bens em nível mundial - tenderiam a perder “competitividade” em vista os níveis da taxa de câmbio.^{14 15}

Assim, a ideia é que o fenômeno destacado como “doença holandesa” seria expressão de uma mudança estrutural da economia em que a especialização produtiva do país em indústrias de bens intensivos em recursos naturais (as quais agregam pouco valor ao produto) criaria obstáculos para a industrialização da economia, ou assim, poderia engendrar “desindustrialização” em uma economia que comporte uma indústria nacional consolidada. Nesse caso, a ideia é que o processo acompanharia uma reversão da pauta de exportações do país. Ou seja, a economia apresentaria uma espécie de reversão do quadro das exportações nacionais, que de forma geral, do predomínio de exportação de

¹⁴ No texto de Bresser Pereira, Oreiro e Marconi (cap. 5, s/data), os autores sugerem um conceito ampliado de “doença holandesa”, com destaque para as diferentes taxas de câmbio.

¹⁵ Para uma análise setorial da indústria brasileira para o século XXI, Morceiro (2018).

produtos manufaturados passaria à prevalência de exportação de *commodities*.

Sendo assim, a propósito da trajetória da economia brasileira no princípio do século XXI, os autores enxergam sintomas de “doença holandesa” que ocorre simultaneamente a uma “desindustrialização” (Oreiro e Feijó, 2010).¹⁶ Como proposta geral de política econômica, os autores sugerem a formulação de um índice para determinar uma taxa de câmbio que englobaria determinadas indústrias nacionais, permitindo uma comparação com os principais parceiros comerciais do Brasil. Dessa forma, a ideia é que se definiria uma determinada taxa de equilíbrio industrial, a qual permitiria um nível razoável de lucro para os produtores nacionais competirem a nível internacional de forma a incentivar a indústria.¹⁷

¹⁶ Um caso elucidativo para as questões apontadas no estudo poderia ser aprofundado, por exemplo, em um estudo a respeito de uma região de notável produção industrial manufatureira do estado de São Paulo: a produção calçadista do município de Franca. Para isso, no entanto, um estudo aprofundado poderia aproximar a questão do desenvolvimento, estruturalismo como explicação teórica, limites e possibilidades de uma economia de relevante base primário-exportadora de dimensões continentais.

¹⁷ Como sugerido, a indústria de bens primários pode ser compreendida – se não funciona beneficiando o produto primário de forma a agregar valor para a produção –, como um tipo básico de produção industrial, se caracterizando como uma indústria básica da economia moderna.

CONCLUSÃO

À medida que o trabalho tomou forma, se tornou patente a complexidade do tema que visitamos, qual seja, pontuar aspectos da viabilidade do desenvolvimento econômico em um país como o Brasil. Nesta conclusão, são relacionados tópicos abordados, concernindo o problema de pesquisa básico que é o desenvolvimento em um país como o Brasil.

A leitura do texto permite visualizar que este, em sua maioria, está voltado à discussão de um determinado referencial teórico, especificamente, o arcabouço estruturalista latino-americano, como base para uma leitura do desenvolvimento em um país como o Brasil. Antes, no entanto, o primeiro capítulo destaca questões básicas de análise econômica com relação à estrutura produtiva do Estado de Minas Gerais. Como um aspecto fundamental para a explicação do desenvolvimento, a estrutura produtiva de Minas Gerais é tratada como um arquétipo para o estudo do desenvolvimento contemporâneo, seja em razão da natureza das flutuações econômicas que apresenta, seja para compreensão mais detalhada a respeito dos desafios de longo-prazo da economia brasileira, a qual permite relacionar o tema do desenvolvimento em um país como o Brasil a princípios básicos de análise econômica moderna.

Entre os princípios pontuados no primeiro capítulo consta uma tendência estrutural de especialização econômica de uma economia baseada na produção primária. A produção baseada em bens primários tende a crescer ganhando peso relativo em detrimento da produção industrial, a qual compreenderia uma produção de mais elevado conteúdo tecnológico, além de ser dotada de maiores encadeamentos com outros setores econômicos. É óbvio que a economia de Minas Gerais não se reduz à produção de *commodities* – como no exemplo, os

minérios de ferro –, mas o peso que ali ostenta a produção mineira permite discutir a importância da estrutura produtiva primário-exportadora no desenvolvimento econômico.

Para a teoria do desenvolvimento, o fato de determinada estrutura produtiva ser predominantemente voltada à produção primária é muito relevante para a caracterização dos desafios ao conjunto da economia. Pensar o desenvolvimento econômico em um país como o Brasil requer um aprofundamento além de aspectos pontuais ou circunstanciais, ainda que se destaque a importância de uma visão de longo prazo, com destaque para a forma como a economia brasileira se relaciona com a ordem sistêmica internacional. A leitura estruturalista permite compreender que os países se inserem em um contexto internacional assimétrico. Assim, a relação ‘centro’ e ‘periferia’ emerge como fundamento basilar explicativo em que se pontua a existência de condições restritas de desenvolvimento de países como o Brasil. Contudo, ainda que as economias ‘periféricas’ estejam condicionadas pela ordem sistêmica internacional, e as estruturas colaborem para uma sorte de estabilidade hierárquica internacional, estas não determinam à periferia a reincidência dos problemas, apenas sinaliza ou expressa uma tendência.

O estruturalismo latino-americano permite que, muito além de meramente prever o relativo fracasso de uma economia, como um efeito da relação ‘assimétrica’ entre uma economia de menor desenvolvimento relativo e uma mais avançada, se possa discutir em profundidade as causas do progresso desta primeira em razão da última. Nesse sentido, como explica Prebisch, a adaptação das técnicas produtivas dos países centrais aos países periféricos compreende um ponto crítico para a análise do desenvolvimento. Raúl Prebisch também ilumina a importância das transformações no contexto internacional do século XX, que teriam

aberto às economias ‘periféricas’ a oportunidade de um desenvolvimento em que a industrialização destes países teria se ‘voltado para dentro’, não sem a necessidade de atuação estatal.

Na análise de Celso Furtado a respeito da economia brasileira no século XX, o enfoque estrutural é retomado com relação aos desafios da modernização das economias ‘periféricas’, relacionando o desenvolvimento destas ao que temos pontuado, ou seja, no esteio da evolução do capitalismo. Assim, pontuamos a relação conflituosa entre a assimilação de padrões que as economias ‘centrais’ apresentam e o esforço de industrialização das economias da ‘periferia’ do sistema capitalista. A perspectiva de Celso Furtado permite enxergar, ademais, que o conflito entre modernização e desenvolvimento passa ao largo, por exemplo, da opção do Estado como alternativa à modernização. Em geral, com base na análise de Celso Furtado, o desenvolvimento da economia brasileira não deixa dúvida quanto às limitações de uma economia ‘periférica’, originalmente primário-exportadora, que se industrializa essencialmente no século XX.

As leituras acima, de certa forma funcionam como pensamentos seminais culminando com a discussão sobre as diferentes ênfases do desenvolvimento pontuadas quando abordamos os ‘desenvolvimentismos’ no Brasil. Visitamos esse tópico, por exemplo, quando abordamos aquilo que aludimos como enfraquecimento do consenso liberal. A liberalização teria marcado as economias da América Latina no fim do século XX. Em destaque, uma série de aspectos que se somam com relação à economia mineira ao longo daquele período, por exemplo, a desarticulação da produção industrial estatal. Nesse caso, a ideia com relação ao Brasil é que o país estaria se desindustrializando, o que estaria ocorrendo, no entanto, de forma prematura. Ou seja, a indústria brasileira estaria perdendo

relevância em termos de participação no produto interno bruto do país. Como agravante, os países de alta renda, de um modo geral, teriam começado essa fase de declínio da indústria quando já vigia um nível médio de renda per *capita* mais alto que o ponto em que a economia brasileira teria começado a ver declinar o peso setorial da indústria. Por isso, a economia brasileira apresentaria uma desindustrialização precoce.

REFERÊNCIAS

BADEEB, R.; LEAN, H. H.; CLARK, J. (2016). The Evolution of the Natural Resource Curse Thesis: A Critical Literature Survey. Working Paper No. 5/2016.

BRESSER PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. (sem data). Capítulo 5 de Structuralist Development Macroeconomics, Londres: Routledge. Disponível em < <http://www.bresserpereira.org.br/papers/cursos/cap.5/dutchdisease.pdf> >. Acesso em 26 02 2020.

BRESSER PEREIRA, L. C. (2006). O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. São Paulo em perspectiva, v. 20, n. 3, p.5-24, jul. /set. 2006.

BRESSER PEREIRA, L. C. (2012). A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. Estudos avançados vol. 26, n. 75, pp. 7-28.

COUTINHO, L. (1997). A Especialização Regressiva: Um Balanço do Desempenho Industrial Pós Estabilização, em Brasil, Desafios de um País em Transformação. Rio de Janeiro, José Olympio.

CROCCO, M.; SILVA, F. F.; TUPY, I. S. (2018). Resiliência e impactos regionais de crises financeiras: uma análise para os estados brasileiros 2007/08. Economia e sociedade, Campinas, Unicamp. Instituto de Economia.

DINIZ, E. (2009). Globalização, Estado e trajetórias nacionais: Dilemas do desenvolvimento e o futuro do Brasil. Em Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento / organizadores: João Sicsú, Armando Castelar – Brasília: IPEA, 2009.

ENRIQUEZ, M. A. Rodrigues da Silva (2007). Maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira. Brasília, Distrito federal. Universidade de Brasília.

FONSECA, P. D. (2014). Desenvolvimentismo: a construção do conceito. Em Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro / editores: André Bojikian Calixtre, André Martins Biancarelli, Marcos Antonio Macedo Cintra. – Brasília: IPEA, 2014.

FURTADO, C. (1959). Formação Econômica do Brasil.

FURTADO, C. (1972). Análise do modelo brasileiro. 2ª edição. Civilização brasileira.

FURTADO, C. (2000). Introdução ao desenvolvimento – um enfoque histórico-estrutural. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

FURTADO, C. (2007). A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos. 4ª edição. São Paulo. Companhia das letras.

GUILHOTO, J. J. M. MOLLO, M. L. R. TAKASAGO, M. (2017). O debate desenvolvimentista no Brasil: discutindo resultados da matriz de insumo-produto. Em planejamento e políticas públicas | ppp | n. 48 | jan./jun. 2017.

HIRSCHMAN, A. O. (1961). Estratégia do desenvolvimento econômico.

HIRSCHMAN, A. O. (1981). Enfoque generalizado del desarrollo por medio de enlaces, com referencia especial a los productos básicos.

MOLLO, M. L. R. TAKASAGO, M. (2018). O debate desenvolvimentista no Brasil e o papel da indústria: novos resultados de antigas lições. Em Economia e sociedade, Campinas, v. 28, n. 3 (67), p. 885-904, set-dez 2019.

PALMA, J. G. (2005). Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”.

PREBISCH, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas.

PREBISCH, R. (1950). Intepretação do processo de desenvolvimento econômico.

PREBISCH, R. (1963). Hacia una dinamica del desarrollo latinoamericano. Con um apêndice sobre el falso dilema entre desarrollo economico y estabilidad monetaria. Fondo de cultura economia, México Buenos Aires.

PREBISCH, R. (1973). Problemas teoricos y practicos del crecimiento economico. Comissão Econômica para América Latina CEPAL.

RODRIK, D. (2006). Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? A Review of the World Bank's "Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform". Journal of economic literature. Vol. 44, n. 4 (Dec. 2006).

SARQUIS, J. B. (2011). Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AMSDEN, A. (2009). A ascensão do resto. Os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia.

BASTOS, M. M. T. (2018). Governança, Desenho Institucional e Regulação no Setor Mineral Brasileiro. Rio de Janeiro. IE / UFRJ.

BIANCARELLI, A. M., VERGNHANINI, R., (2019). Distribuição de renda, crescimento econômico e mudança estrutural na tradição do estruturalismo latino-

americano: uma sistematização em quatro momentos. Em *Revista de economia contemporânea* (2020). 24 (1): p. 1-25.

DA GAMA, A. S. W. (2016). *O Brasil e as restrições às exportações*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.

KALECKI, M. (1977). *Teoria da dinâmica econômica. Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo-prazo da economia capitalista*. Os economistas.

MORCEIRO, P. (2018). *A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica*.

RODRIGUEZ, O. (2009). *Estruturalismo latino-americano*. Editora civilização brasileira. Rio de Janeiro.

SINGER, P. (1977). *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*.

DADOS DE PESQUISA

CAGED, 2020. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <
http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#>. Acesso em 10 de abr. 2020.

Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM (2007). *Anuário Mineral Brasileiro*. Disponível em: <
<http://www.dnpm.gov.br/dnpm/paginas/anuariomineral/anuariomineralbrasileiro2007>>
. Acesso em: 01 ago. 2016.

DNPM, 2010. *Anuário Mineral Brasileiro*. Disponível em:
<<http://www.dnpm.gov.br/acervo/publicacoes>>. Acesso em 01 ago. 2016.

DNPM, 2014. Sumário Mineral. Brasília, Distrito Federal, 2014. Disponível em: <[http://www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/sumario mineral 2014](http://www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/sumario%20mineral%202014)>. Acesso em: 21 fev. 2016.

DNPM, 2015. Sumário Mineral. Brasília, Distrito Federal, 2015. Disponível em: <[http://www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/sumario mineral 2015](http://www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/sumario%20mineral%202015)>. Acesso em 01 ago. 2016.

RELATÓRIOS

Fundação João Pinheiro. Balança Comercial de Minas Gerais, janeiro de 2015. Disponível em: <[http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cpa/521balancacomercialdeminasgerais janeiro 2015/file](http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cpa/521balancacomercialdeminasgerais%20janeiro%202015/file)>. Acesso em 01 ago. 2016.

Fundação João Pinheiro. Produto Interno Bruto de Minas Gerais, Relatório Anual de 2012. Disponível em: < [http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib anuais/397informativoceipibmg 2012/file](http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib%20anuais/397informativoceipibmg%202012/file)>. Acesso em: 01 ago. 2016.

Fundação João Pinheiro. Produto Interno Bruto de Minas Gerais, Relatório Anual de 2013. Disponível em: <[http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativosceieventuais/590monitorfj prelatorioanualdopibmg20102013atualizacaodez20152/file](http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativosceieventuais/590monitorfj%20prelatorioanualdopibmg20102013atualizacaodez20152/file)>. Acesso em: 01 ago. 2016.